



BNCC E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ANOS INICIAIS

Daniel Bruno Lobo de Lima¹
Francielly Coelho da Silva²
Ronan Felipe Souza Mafra³

RESUMO

Neste trabalho, tem-se como propósito viabilizar reflexões acerca dos objetivos e das concepções que devem, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nortear o ensino brasileiro de língua materna nos anos iniciais do ensino fundamental, com base, entre outros, em Ferreira (2018), Gasparin (2018) e Pereira (2018). O debate é relevante, uma vez que, mesmo tendo havido uma série de discussões com a participação de diversos segmentos, ainda há pontos dignos de serem problematizados na BNCC, tais como a ideia de padronização nacional do ensino. O sucesso do que se propõe dependerá, em parte, da consciência dos educadores acerca de seus embasamentos teóricos e de seu viés discursivo.

Palavras-chave: BNCC, Anos Iniciais, Língua Portuguesa.

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que busca definir, de modo organizacional e progressivo, as aprendizagens essenciais e comuns a serem desenvolvidas por todos os estudantes brasileiros ao longo das etapas e das modalidades da educação básica em todas as disciplinas de ensino. Esse documento está amparado no art. 210 da Constituição Federal de 1988, que, como modo de assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, promulga a fixação de conteúdos mínimos no ensino fundamental. Ademais, foi elaborado de acordo com o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), de maneira que os estudantes tenham assegurados seus direitos de aprendizagem.

¹ Pós-graduando em Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar - IFRN, danielbruno155@gmail.com;

² Doutoranda em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, franciellycdsp@gmail.com;

³ Graduando pelo Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, mafraronan@gmail.com.



Sobre a aprovação e homologação do texto, Ferreira (2018) aponta que, apenas na terceira versão, em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e, em 20 de dezembro de 2017, foi homologado pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho. Na primeira versão, conforme dispõe Ferreira (2018, p. 11), entre o período de outubro de 2015 e março de 2016, o documento, disponibilizado para consulta pública, recebendo mais de 12 milhões de contribuições individuais e coletivas. Já na segunda versão, publicada em maio de 2016, Ferreira (2018, p. 11) aponta que, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), produziu-se, por meio de seminários, intenso debate institucional, envolvendo órgãos, entidades e especialistas em educação, bem como da sociedade em geral.

Este trabalho tem como objetivo promover reflexão acerca dos objetivos e concepções que devem nortear, conforme a BNCC, em sentido mais amplo, o ensino de língua materna no país, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto, apoiamo-nos em referências como Ferreira (2018), Gasparin (2018) e Pereira (2018). Consideramos relevante esse debate, tendo em vista que, embora tenha havido uma série de discussão, com a participação de diversos segmentos da educação no país, assim como da sociedade no geral, para a elaboração desse documento, muitos pontos ainda são dignos de problematização. Um dos pontos principais é a ideia de padronização do ensino nacionalmente, que o próprio nome sugere (uma base nacional “comum”). Vale ressaltar que a BNCC será o documento norteador do ensino do país pelos próximos anos, e o sucesso de sua adoção depende da consciência por parte dos educadores acerca de seus embasamentos teóricos e viés discursivo.

Ferreira (2018, p. 12) aponta a existência de argumentos contrários à efetiva construção democrática do documento. Segundo a autora, existem “reclamações por parte de escolas e professores sobre a falta de abertura para influenciar diretamente sobre os critérios definidores da Base” e depoimentos que afirmam que os debates ocorridos durante o processo de construção da BNCC priorizaram os conteúdos/objetivos de ensino/aprendizagem. Dessa forma, a autora reflete que a construção de um documento normativo sem que se avalie e reflita contexto, concepção de língua em uso, gênero textual, letramento e multiletramento, identidade social do indivíduo e suas particularidades é não considerar os estudos da área da linguagem e as diferenças sociais e econômicas existentes no país.



A BNCC é entendida ainda como um documento que se apresenta como uma forma de superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo, tornando possível o alcance da qualidade da educação básica em todo o país. Conforme Brasil (2018, p. 8), esse documento visa a contribuir, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para que haja o alinhamento de outras políticas e ações relacionadas “à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação”.

Consoante Gasparin (2018), citando Freitas (2016), o problema não está na existência de uma base como padrão de referência nacional, e sim, na política educacional em que essa base está inserida. Em consonância com esses autores, tal alinhamento padronizante ocasiona perdas relacionadas à diversidade existente, já que as avaliações nacionais serão realizadas com base no que se entende como comum. O mesmo pode ocorrer na elaboração/ distribuição de materiais didáticos, na forma de sistemas de ensino padronizados, pré-fabricados pelas grandes corporações.

Sobre o respeito às diversidades regionais, culturais, sociais e cognitivas apontado, na BNCC, como necessário na busca pela equidade na educação, Pereira (2018) explicita que há contradições, uma vez que, essa busca demanda currículos diferenciados e adequados a cada sistema, rede e instituição escolar. Ademais, defende que, ao se considerar as diferenças, faz-se necessário desfocar de competências e habilidades fixas, que são estabelecidas pelo MEC na BNCC, devendo se buscar certa flexibilidade.

Nas seções a seguir, desenvolveremos os seguintes tópicos: (i) BNCC e ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, com foco nos anos iniciais; e (ii) BNCC numa perspectiva crítica de análise.

2. BNCC e ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, com foco nos anos iniciais

Segundo Brasil (2018), no que se refere ao componente curricular de língua portuguesa, a BNCC surge no diálogo com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, numa tentativa de trazer atualização com pesquisas mais recentes da área e com as transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, entre as quais estão aquelas advindas do desenvolvimento das tecnologias



digitais da informação e comunicação (cf. BRASIL, 2018, p. 67). Sendo assim, assume-se uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, a mesma dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que as concepções e conceitos são voltados às práticas de linguagem, ao discurso, aos gêneros textuais e às esferas/campos de circulação, considerando as práticas contemporâneas de linguagem nas esferas da vida pública, do trabalho e pessoal.

Nessa ótica, ao se definirem conteúdos, habilidades e objetivos, o texto deve estar no centro desse processo. Os conhecimentos relacionados aos gêneros, à língua, à norma-padrão e às diferentes semioses (linguagens) devem estar a serviço do desenvolvimento das capacidades de leitura e produção oral/ escrita dos estudantes nas diferentes situações de interação, visando à ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas. Desse modo, o objetivo principal do ensino de português é contribuir para ampliação dos letramentos dos estudantes, de forma a possibilitar, de maneira ativa e crítica, sua efetiva participação na sociedade (cf. BRASIL, 2018, p. 67-68).

Dessa forma, em meio às demandas, referentes às novas práticas de linguagem e leitura/ produção dos diversos gêneros, incluindo os da esfera digital, que se apresentam para a escola, urge não apenas contemplar a discussão crítica acerca dessas novas práticas, a fim de atender às demandas da sociedade, mas também acerca de seu uso qualificado e ético. Nesse sentido, à escola espera-se a postura responsiva e responsável acerca de discussões que visem ao reconhecimento de discursos de ódio; à reflexão sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos; à aprendizagem a partir de debates de ideias, considerando posições e argumentos contrários (cf. BRASIL, 2018, p. 69).

Ao se considerar a diversidade cultural e reconhecer a importância do trabalho com os diferentes gêneros - inclusive, os da cultura digital -, as diferentes linguagens e multiletramentos, não se trata do abandono do cânone pela escola, mas do considerar e incluir as hibridizações, apropriações e mesclas, contemplando também “o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente” (cf. BRASIL, 2018, p. 70). Já em relação à diversidade linguística existente no país, aponta-se para a necessidade de, no espaço escolar, “conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística



e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico”.

Na BNCC, o ensino de língua portuguesa é sedimentado nos seguintes eixos organizadores: “oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica” (cf. BRASIL, 2018, p. 71). Cada um desses eixos, constituem-se de unidades temáticas, objetos de conhecimentos e habilidades a serem trabalhadas e desenvolvidas ao longo dos anos do ensino fundamental, considerando as especificidades de cada um dos segmentos.

Na BNCC, embora as práticas de uso e de análise estejam separadas, para fins de organização do currículo, aconselha-se que essas práticas estejam articuladas entre si sempre que possível: uma mesma habilidade, incluída no eixo leitura, pode também dizer respeito ao eixo análise linguística/semiótica. Por exemplo, quando, na leitura de um texto, pensa-se que a escolha de determinado termo não foi aleatória (cf. BRASIL, 2018, p. 82).

Além do mais, cada eixo apresentado se relaciona com práticas de linguagem situadas. Assim, surge outra categoria que se articula com essas práticas: os campos de atuação. Desse modo, a organização das práticas de linguagem (leitura/escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por meio de campos de atuação aponta para a relevância de que se contextualize o conhecimento escolar, conscientizando os alunos para o fato de que essas práticas derivam de situações da vida social. Portanto, ao/a professor/a cabe situá-las em contextos significativos para os estudantes (cf. BRASIL, 2018, p. 84).

Cinco são os campos de atuação na BNCC: **da vida cotidiana** (apenas para anos iniciais); **artístico-literário**; **das práticas de estudo e pesquisa**; **jornalístico-midiático** e **de atuação na vida pública** (esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais sob a denominação de campo da vida pública). Esses campos orientam para a seleção de gêneros, práticas, atividades e procedimentos. Suas fronteiras são tênues, uma vez que alguns gêneros incluídos em um determinado campo estão também referenciados a outros, existindo trânsito entre eles (cf. BRASIL, 2018, p. 84-85).

No que diz respeito aos objetivos e concepções que devem nortear, conforme a BNCC o ensino de língua materna nos anos iniciais, passaremos a descrever o que aponta o documento nesse âmbito ensino. Com o objetivo de possibilitar aos estudantes a participação em práticas de linguagens diversificadas, que lhes permitam a ampliação



de suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, específicas de cada linguagem, sem que percam a visão do todo na qual elas estão inseridas, na BNCC, o componente curricular de Língua Portuguesa, nos anos iniciais, está atrelado ao de Arte e de Educação Física (cf. BRASIL, 2018, p. 63). É nos anos iniciais do ensino fundamental, especificamente nos 1º e 2º anos, que se espera que a criança tenha respeitado o seu direito de alfabetizada. Por isso, nesse período, a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica (cf. BRASIL, 2018, p. 89).

No que se refere à leitura/ escuta e produção compartilhadas com o/a professor/a e os colegas, recomenda-se que os gêneros propostos nos primeiros anos iniciais sejam mais simples e voltados às práticas do campo da vida cotidiana, no qual circulem gêneros mais familiares aos alunos. Contudo, numa perspectiva mais geral, no eixo leitura/ escuta, conforme Brasil (2018, p. 94-97), recomenda-se:

i) considerar as condições de produção, circulação e recepção dos gêneros presentes no campo da vida social (escola, rua, comunidade), nas mídias impressa, de massa e digital, identificando seus interlocutores e sua função social;

ii) buscar desenvolver a habilidade de estabelecer expectativas em relação ao texto, considerando os conhecimentos prévios sobre o gênero e suas condições de produção e recepção, confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas, localizando informações explícitas e identificando os efeitos de sentidos produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos;

iii) explorar a leitura de imagens em narrativas visuais, bem como gêneros da esfera do cotidiano familiar e escolar (listas, bilhetes, convites, avisos, regras de jogos, brincadeiras, etc.) e do campo artístico-literário (lendas, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, etc).

No eixo produção de textos, considerando os objetos de conhecimentos e as habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, defende-se que o/a estudante, com o auxílio do/a professor/a e colegas, aprenda a planejar, revisar, editar seus textos, considerando o gênero proposto, a situação comunicativa, os interlocutores, a finalidade, a esfera de circulação, o suporte e a adequação na linguagem necessária a esses fatores e que saiba utilizar as tecnologias digitais.

No que tange ao eixo oralidade, considerando os objetos de conhecimentos e as habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, entre outras práticas defende-se:



i) na oralidade pública e no intercâmbio conversacional em sala de aula, que se aprenda a se expressar com clareza, voz audível, boa articulação e ritmo adequado;

ii) na escuta atenta, que se aprenda a ouvir com atenção professores e colegas e que se desenvolva a capacidade de elaborar perguntas pertinentes ao tema;

iii) na conversação espontânea e diante dos aspectos paralinguísticos, que se reconheçam as características do gênero e que se aprenda a respeitar turnos de fala, utilizando as formas de tratamento adequadas às situações e posições dos interlocutores;

iv) no relato oral/ registro formal e informal, saber identificar finalidades da interação oral de acordo com os contextos;

v) na contação de histórias, que se saiba recontar, com ou sem o apoio imagens, narrativas de textos literários lidos pelo/a professor/a.

Finalmente, quanto aos conhecimentos relacionados à análise linguística/multissemiótica, defende-se que se avance em outros aspectos notacionais da escrita, tais quais a pontuação e a acentuação, bem como a introdução, a partir do 3º ano, do estudo de classes morfológicas (cf. BRASIL, 2018, p. 93).

Com o intuito de afunilarmos nossa descrição e posterior análise, apresentaremos a seguir os objetivos e habilidades a serem alcançados no ensino de língua portuguesa para os três últimos anos dos anos iniciais do ensino fundamental com foco, especialmente, nos eixos leitura/ escuta e análise linguística/ semiótica.

No eixo leitura/ escuta, sugere-se como objetos de conhecimento: decodificação/ fluência de leitura, formação de leitor (literário), apreciação estética, compreensão, estratégias de leitura, imagens analíticas em textos e pesquisa. Já em relação às habilidades a serem desenvolvidas, espera-se:

i) o desenvolvimento da capacidade de, em silêncio e de maneira autônoma, ler textos literários e não literários, de diferentes extensões e níveis de complexidade, em silêncio e em voz alta, de ler/ assistir e compreender, com autonomia, aquilo que lê e a que assiste;

ii) a identificação da ideia central de um texto, bem como a inferência de informações implícitas e do sentido de vocábulos/expressões desconhecidas;

iii) a recuperação dos fatores que permitem o estabelecimento das relações entre as partes de um texto e a mesclagem, entre palavras, imagens e recursos gráfico-visuais como também o reconhecimento dos recursos linguísticos típicos do gênero estudado;



v) a identificação e a discussão, em textos da esfera publicitária, dos propósitos dos usos de recursos de persuasão em textos publicitários e de propaganda, como elementos de convencimento;

vi) a distinção, em gêneros da esfera jornalística, fatos de opiniões/sugestões em textos, de comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e de concluir sobre qual é mais confiável e o porquê;

vii) o estabelecimento de preferências por gêneros, temas, autores e de selecionar livros para ler;

viii) a apreciação de poemas e outros textos versificados, observando suas características e efeitos dos recursos empregados;

ix) a compreensão e seleção de informações em textos de divulgação científica, reconhecendo a função de gráficos, diagramas e tabelas, comparando informações

x) a identificação das funções do texto dramático (escrito para ser encenado) e sua organização por meio de diálogos entre personagens e marcadores das falas das personagens e de cenas.

Entre os diversos gêneros a serem estudados, sugeridos na BNCC, estão aqueles, tipicamente orais, como conversação espontânea/ telefônica, entrevistas no rádio/ na TV entre outros. Bem como aqueles que podem oscilar (considerando suas origens históricas) entre textos orais e/ ou escritos/ transcritos, como lendas, mitos e fábulas. Também estão inclusos desde gêneros com os quais os alunos possam ter maior grau de familiaridade, tais como tiras cômicas, quadrinhos, listas, bilhetes, regras de jogos e brincadeiras a outros de familiaridade mediana, como charges e cartuns, notícias e reportagens impressas entre outros. Também estão inclusos gêneros que se relacionam a práticas de estudo, de pesquisa e de divulgação científica: enunciados de tarefas escolares, quadros, gráficos, tabelas entre outros.

No eixo análise linguística/ semiótica, na BNCC, além dos objetos de conhecimento, já explorados nos dois primeiros anos do ensino fundamental, voltados a questões relacionadas à alfabetização, tais como conhecimento do alfabeto do português brasileiro, construção do sistema alfabético e da ortografia, segmentação de palavras, acentuação, pontuação entre outras, acrescentam-se questões voltadas à morfossintaxe, às formas de composições de textos, à adequação dos gêneros, às normas de escrita e ao estabelecimento de coesão textual. Entre outras habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, estão:



i) a identificação das funções no uso dos certos sinais de pontuação, bem como os efeitos de sentidos ocasionados por eles, e das classes gramaticais, de afixos, da expressão de presente, passado e futuro em tempos verbais do modo indicativo;

ii) o reconhecimento e o uso (na produção textual) da concordância verbal e nominal;

iii) a diferenciação de substantivos e verbos e suas funções na oração: agente, ação, objeto da ação e a identificação e utilização, na produção textual, de recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível adequado de informatividade;

Após a descrição de como, na BNCC, o ensino nos anos iniciais do ensino fundamental estão caracterizados, na subseção a seguir, nos debruçaremos sobre nossas análises de modo a explicitar críticas e avanços aos eixos relacionados.

3. BNCC numa perspectiva crítica de análise

Embora, na BNCC, os conceitos de gêneros e linguagem estejam, segundo Gonzaga (2018), em conformidade com os PCN, o modo como esses conceitos devem ser aplicados para atingir um fim se distancia destes. Sendo, portanto, conforme aponta Gomes (2018), organizado de maneira tradicional/ pouco reflexiva, não contemplando em si as práticas de linguagem sugeridas na BNCC.

Apesar de propor a variação linguística como objeto de conhecimento a ser estudado desde o terceiro ano dos anos iniciais do ensino fundamental, diferentemente dos PCN, em que há um capítulo inteiro com propostas de como trabalhá-la em sala de aula, na BNCC, não há proposta de análise e de reflexão sobre a língua (cf. GONZAGA, 2018, p. 110-111).

Nessa medida, apesar de se justificar como uma tentativa de atualizar conhecimentos relacionados às pesquisas mais recentes na área, na BNCC, embora se façam menções à necessidade de reflexão sobre fenômenos de mudança e variação linguísticas e se reitere a importância de se pensar/ refletir sobre o preconceito linguístico, conceitos relevantes e discutidos/ atualizados na área da Sociolinguística não são bem explicitados. Na verdade, quase nem mesmos mencionados. A exemplo de, ao tratar do eixo análise linguística/ semiótica, corriqueiramente, se cita o termo norma-padrão, como a norma que deve ser ensinada na escola, ainda que se explicita a necessidade de trazer outras normas.



Ora, professores universitários, especialistas como Faraco (2008); Faraco; Zilles (2017) entre outros, têm produzido obras importantes em que discutem questões mais gerais relacionadas à Sociolinguística e ao ensino de língua materna, bem como incluído discussões mais específicas sobre os diferentes conceitos relacionados à norma-padrão, norma culta, entre outras normas.

Assim, para um documento em que se defende a tentativa de atualização das pesquisas mais recentes na área, uma vez que norma-padrão e norma culta não se equivalem, uma questão essencial para o ensino de gramática, no eixo análise linguística/ semiótica, como a defesa do ensino de uma norma culta, deveria estar inclusa.

Mesmo assim, no documento, que se pretende atualizado com as pesquisas mais recentes, a defesa é para o ensino da norma-padrão, ainda que se perceba certo avanço, quando defende que esse ensino não deve ser tomado como um fim em si mesmo, devendo estar envolvido “em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem” (cf. BRASIL, 2018, p. 71).

No entanto, conforme Morales (2018), há incoerência entre o que defende para o ensino de língua a partir dos textos e o que se define como habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, a exemplo de identificar apostrofo, vocativo, tempos verbais e classificar os períodos em simples ou composto. Para o autor, mais do que identificar e classificar, é preciso perceber os efeitos de sentidos.

Embora, na BNCC, se aponte, em seu eixo, para a análise linguística, conforme Ribeiro (2018), em muitos momentos, a exemplo do eixo em torno da escrita, há certa dualidade entre a prescrição gramatical e a escrita mecânica, periférica. Quando por exemplo se explicita como habilidade a ser desenvolvida o reconhecimento de unidades, a sua nomeação de forma correta, o que não contribui para competência comunicativa dos estudantes, uma vez que o trabalho com a gramática é descontextualizado, fragmentado em frases isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto. Apesar disso, Ribeiro (2018) reconhece que a tentativa de se pôr o texto como foco de aprendizagem, sendo ele o centro na maioria dos eixos. Bem como uma diversidade de gêneros, se enfatizando aspectos textuais e discursivos que são realmente relevantes (cf. RIBEIRO, 2018, p. 100).



Ribeiro (2018) explicita, com base em Suassuna (2009) e Bunzen & Mendonça (2006), que a análise linguística pressupõe a inclusão da gramática, não se limitando, porém, ao tradicional ensino de conteúdos gramaticais isolados, e sim, ao conjunto de fenômenos produtivos da linguagem, passíveis de descrição, reflexão e uso por parte dos usuários. Assim, a gramática apresenta uma dimensão textual e não apenas de palavras soltas, isoladas. Questões relacionadas à coesão e à coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados estão inclusas nesse processo. Não há porque se limitar a correções do texto, higienizando seus aspectos gramaticais e ortográficos (cf. RIBEIRO, 2018, p. 49, 93).

Morales (2018) critica a divisão do conhecimento em eixos, uma vez que, para o autor, isso possibilita a inferência de que atividades de leitura, escuta, produção textual, literatura e estudo da gramática são desarticuladas, podendo ser ensinadas e aprendidas separadamente. No entanto, todas essas atividades estão integradas e são complementares. Como aponta o autor, ao trabalhar com um único texto, é possível desenvolver práticas de leitura, de interpretação/ compreensão, de análise linguística, de escrita/ reescrita, de conteúdos de literatura, de apresentações orais e de escuta.

4. Considerações finais

Uma vez que a BNCC é o documento padronizador responsável por embasar os currículos, as formações inicial e continuada dos professores, os materiais didáticos escolhidos e utilizados nas escolas e as matrizes de avaliações e exames nacionais, é possível que se perca a oportunidade de se priorizar, como elemento de identificação cultural, - bem como (re)conhecer, explicar e entender cientificamente - a diversidade social, histórico-cultural e linguística existente num país imenso como o Brasil, o que demandaria certa flexibilidade.

No entanto, ainda que possamos concordar com a possibilidade de haver consequências negativas diante das questões expostas por Gasparin (2018), citando Freitas (2016), e Pereira (2018), a ideia de parte de um currículo nacional comum, a depender de como os sistemas e redes de ensino possam entendê-lo – se de forma reflexiva/crítica e comprometida com a qualidade da educação – apontamos a possibilidade de se estabelecerem questões/demandas regionais a serem incluídas para além daquilo que deve ser comum em caráter nacional.



5. Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 15 de ago. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FERREIRA, Irene de Marco. **Base Nacional Comum Curricular: Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, uma Proposta Arrojada** In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 62-71.

GASPARIN, Carolina Velleda. **A Língua Portuguesa na Perspectiva da Base Nacional Comum Curricular**. In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 21-31.

GOMES, Simoni Machado. **A Base é a Educação ou Condicionar é a Base?!** In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 32-41

GONZAGA, Maria Angélica Lemos. **A Face Normativa da Base Nacional Comum Curricular**. In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 103-112.

MORALES, Leonardo dos Santos. **Base Nacional Comum Curricular: a Inviável Uniformização do Ensinar e do Aprender num País Marcado pela Pluralidade de Escolas, Professores e Alunos**. In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 80-89

PEREIRA, Josiane Alves. **Reflexões sobre a Abordagem da Língua Materna na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 42-52.

RIBEIRO, Karen Roberta Oliveira. **O Ensino de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Previsto na Base Nacional Comum Curricular: uma Perspectiva de Prescrição Gramatical ou de Análise Linguística?** In: RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab (Orgs.). **Base Comum**



Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m Debate. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018, p. 90-102.